

REQUERIMENTO DE REAJUSTE

AO

Município de São Domingos/SC

JL MIOTTO TRANSPORTE pessoa jurídica de direito privado, localizada na Rua Ademar de Barros, nº 541, bairro São José, no município de São Domingos, SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.208.378/0001-88 vem por meio deste através da sua titular Sra. JUCIELI LINCK MIOTTO, brasileira, residente e domiciliada na Rua Dólio Bellato, nº 32, no município de Coronel Martins/SC, portadora do CPF nº 064.496.019-14, REQUERER no dia 01 de junho de 2022(data do vencimento de doze meses)o reajuste contratual do INPC que está previsto no contrato do transporte escolar nº 31/2021 , oriundo do Processo Licitatório nº 51/2021, de junto a Prefeitura Municipal de São Domingos.

Nestes termos
Pede Deferimento

São Domingos/SC 16 maio de 2022.

Juciel Linck Miotto
JUCIELI LINCK MIOTTO
CPF nº 064.496.019-14

17.208.378/0001-88

JL MIOTTO TRANSPORTE LTDA

Rua Ademar de Barros, 541 Sala
Bairro São José CEP 89835 000
SÃO DOMINGOS SC

Protocolo N° 1760 / 2022
16/05/22 Hr 08:40
GAF: *Alaci*
Cleci Cris da Costa
Assistente Pessoal do Prefeito
CPF 046.956.389-32



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Assessoria Jurídica



PARECER JURÍDICO Nº 066/2022

Ao Chefe do Poder Executivo

Processo Licitatório nº 51/2021

Pregão Presencial nº 20/2021

Requerente: JL Miotto Transporte LTDA

Interessado: Município de São Domingos/SC

Assunto: Reajuste do valor contratual pelo INPC

I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico em relação ao pedido de reajuste do valor contratual pelo INPC, apresentado pela empresa JL Miotto Transporte LTDA.

Em 17/05/2021, foi lançado o processo licitatório em epígrafe, o qual tem como objeto “contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede pública (municipal e estadual) de ensino, residentes na zona rural do município de São Domingos”, onde a Requerente restou vencedora dos itens 3 e 4.

A Requerente pleiteia o reajuste pelo INPC sobre os itens que restou vencedora, e conforme consta no contrato.

Pelo Setor de Licitações e Contratos, foi informado que a Requerente ficou contratada pelo período previsto na licitação, doze meses, e houve o aditivo de contrato, mas somente referente ao prazo.

Esse era o relatório, passo apreciação ao mérito, isso de forma explicativa em consonância as previsões do edital e de fundamentos jurídicos.

II- DO FUNDAMENTO:

a) do preenchimento dos requisitos para concessão do reajuste pelo INPC:

Em análise ao pleito da Requerente, se denota que sua pretensão é o reajuste de valores da contratação com base nos índices apurados pelo INPC.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Assessoria Jurídica



A Lei Federal nº 8.666/93, permite a Administração Pública conceder ao contratado o reequilíbrio econômico financeiro, isso no artigo 65, II, *d*:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual”.

No âmbito dos contratos administrativos, também deve ser observado as condições do edital, veja a disposição do *caput* do artigo 41, da Lei Federal nº 8.666/93:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”.

No edital, restou destacado sobre o reajuste pelo INPC, cláusula 16.1:

“16.1 - O reajuste em relação aos preços cotados será aplicado de acordo com o índice de reajuste o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado nos últimos 12 meses respectivos.”.

No mesmo sentido, é a cláusula 4.2, do contrato pactuado entre as partes:

4.2 - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta poderá a Contratada fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo INPC, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Assessoria Jurídica



consecução do objeto contratual do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93, sempre com periodicidade anual.”.

A viés a ser seguida em relação da aplicação de reajuste pelo INPC, é a disposta na Lei Federal nº 10.192/01, em seus artigos 2º, §1º e 3º §1º, veja:

“Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.”.

“Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

§1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.”.

Vale asseverar, a lição exposta pelo brilhante doutrinador Marçal Justen Filho:

“A repactuação consiste numa modalidade de revisão de preços, realizada a cada doze meses, a ser obrigatoriamente adotada nos contratos de serviços contínuos com prazo superior a dozes meses [...]”. Justen Filhos, Marçal. Curso de direito administrativo. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

Por essas disposições, é nítido que para a aplicação do reajuste do valor contratual pelo INPC, há como requisitos, a vigência do contrato inicial pelo prazo de dozes meses, e sua prorrogação/aditivo.

Diante das informações prestadas pelo Setor de Licitação e Contratos, se conclui que a Requerente preencheu os requisitos para a concessão do citado reajuste, pois teve seu



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS
Assessoria Jurídica



contrato inicial vigente por doze meses, e houve aditivo de prazo, assim, entendo que o correto é o deferimento do pedido.

b) Da decisão final:

Por fim, destaca-se, que a decisão sobre acatamento da orientação ora exposta, **cabe ao Chefe do Poder Executivo**, pois este é autoridade competente para tanto, e não a Assessoria Jurídica e/ou demais Servidores, uma vez que estes, *data vênia*, somente tem função de emitir orientações no sentido de apontar a legalidade/ilegalidade de atos administrativos.

III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, opino: a) pelo deferimento do pedido. É o parecer, salvo entendimento diverso do Chefe do Poder Executivo.

Setor Jurídico, São Domingos, SC, 16 de maio de 2022.

R.H.
Diante da vigência do contrato e já ter passado 1(um) ano e diante dos termos do parecer jurídico defiro o pedido.
27/05/2022

ELTON
JOHN
MARTINS
DO
PRADO:054
01638990
ELTON JOHN MARTINS DO PRADO
(Assessor Jurídico)
OAB/SC 42.539

Assinado de
forma digital por
ELTON JOHN
MARTINS DO
PRADO:05401638
990
Dados: 2022.05.16
17:23:56 -03'00'

Marcio Luiz
Bigolin Grosbelli
868 760 829-20
Prefeito Municipal

OBSERVAÇÃO: O presente parecer não tem caráter decisório, tendo em vista que se trata de parecer jurídico sobre assunto submetido a consideração do Setor Jurídico, **tem caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do administrador.**